



Chapecó, Santa Catarina, 24 de abril de 2026.

INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO
INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Senhora
Cleude Rodrigues Silva
Representante Legal

Em atendimento ao contrato firmado entre a “LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES” e a “INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO”, apresentamos o relatório dos exames realizados, compreendendo a auditoria das demonstrações contábeis de 31/12/2025, em consonância, principalmente com a Resolução 4.910/2021, conforme sequência:

Determinação	Correlação	Número
Relatório de Auditoria	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.	RA. 232/2026
Relatório de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas.	Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares, elaborado em conexão com a Auditoria das Demonstrações Contábeis.	RA. 233/2026
Relatório de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações da entidade auditada.		

Anexo	Demonstrações Financeiras
--------------	----------------------------------



RA. 232/2026

Relatório de Auditoria

Art. 21, II, a, da resolução 4.910/21

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO

INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO

São Paulo – SP

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO** em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com Ressalva

Apresentamos abaixo as posições ressalvadas:

- 1) Na conta contábil Cosif “1.1.2.00.00.00-6 – Depósitos Bancários” apresentada no balanço patrimonial da cooperativa e referenciada na nota explicativa “4”, com referência a conta corrente “Banco Sulcredi Ag 0001 CC 34234”, totalizava em 31/12/2025 o saldo de R\$ 179.330,77 (cento e setenta e nove mil, trezentos e trinta reais e setenta e sete centavos), apresentou extrato de conta corrente, bem como carta de circularização com o saldo de R\$ 107.489,73 (cento e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), ocasionando assim uma diferença de R\$ 71.841,04 (setenta e um mil, oitocentos e quarenta e um reais e quatro centavos) entre os documentos de controle auxiliar e os saldos contabilizados;
- 2) A conta contábil Cosif “4.9.9.92.01.10-005 – Operações em Trânsito” apresentada no balanço patrimonial da cooperativa e referenciada na nota explicativa “9(d)”, junto ao subgrupo “Credores Diversos”, totalizava em 31/12/2025 o saldo de R\$ 1.973.710,11 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, setecentos e dez reais e onze centavos), não possui controle auxiliar para embasar seus saldos, fatos geradores e movimentações, impossibilitando a aplicação dos procedimentos usuais de auditoria;
- 3) A conta contábil Cosif “4.9.9.35.00.00-8 – Outras Contingências Fiscais” apresentada no balanço patrimonial da cooperativa e referenciada na nota explicativa “9(d)”, junto ao subgrupo “Provisão para Contingências”, totalizava em 31/12/2025 o saldo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), entretanto, em análise às cartas de circularização recebidas dos assessores jurídicos da cooperativa, não observamos menção a perdas prováveis a serem contabilizadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

1) Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 5(c), relacionada às demonstrações contábeis de 31/12/2025, onde está descrito que a cooperativa ainda não estabeleceu modelos adequados de critérios internos para a mensuração das provisões com base no modelo de perdas esperadas perante a Resolução CMN nº 4.966/2021;

2) Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 14, relacionada às demonstrações contábeis de 31/12/2025, onde a cooperativa descreveu o tratamento tomado sobre as perdas acumuladas, deliberações realizadas pelo quadro social, bem como o rateio de tais perdas por cooperado, sendo esses procedimentos implementados visando a recomposição patrimonial e recuperação de tais perdas acumuladas de exercícios anteriores.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras de data-base 31/12/2024, foram por nós auditadas e apresentaram modificação de opinião, sendo emitida opinião com ressalva no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis datado de 28/04/2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da **INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO** é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de



auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó, SC, 24 de abril de 2026.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCSC 4159/O-6

EDUARDO AUGUSTO MELERE
Contador CRCSC 035.595/O-2

RA. 233/2026

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS E DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVOS LEGAIS E REGULAMENTARES, ELABORADO EM CONEXÃO COM A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Art. 21, II, b e c, da resolução 4.910/21

INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO
INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO
São Paulo – SP

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO**, referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitimos relatório sobre essas demonstrações contábeis em 24 de abril de 2026, com modificação de opinião.
2. Em nossa auditoria, selecionamos e executamos procedimento de auditoria para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Dentre esses procedimentos, obtivemos entendimento da entidade e do seu ambiente, da estrutura de relatório financeiro aplicável e do seu sistema de controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na avaliação desses riscos, segundo as normas brasileiras e internacionais de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos da Instituição.
3. Os controles internos implementados pela Instituição foram considerados no contexto dos nossos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Instituição, na extensão que consideramos necessário para emitirmos nossa opinião sobre as referidas demonstrações contábeis, mas não para expressar opinião ou conclusão sobre os controles internos da Instituição.
4. A administração da Instituição é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.
5. Considerando as limitações inerentes ao processo de auditoria de demonstrações contábeis, apesar de nossos trabalhos terem sido executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria de demonstrações contábeis, que requerem que o auditor obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis, que requerem que o auditor obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estejam livres de distorções relevantes, estes não necessariamente abrangeram todos os itens relevantes de controles.



6. Como resultado dos nossos procedimentos, emitimos relatório detalhado sobre o ambiente de controles internos e que deve ser analisado em conjunto com os demais relatórios de auditoria.

Chapecó, SC, 24 de abril de 2026.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCSC 4159/O-6

EDUARDO AUGUSTO MELERE
Contador CRCSC 035.595/O-2



ANEXO

- Balanço patrimonial.
- Demonstração de sobras ou perdas do exercício.
- Demonstração do resultado abrangente.
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- Demonstração dos fluxos de caixa.
- Notas explicativas sobre as demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2025
INDEPENDENCIA COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO
 CNPJ/MF nº 04.306.351/0001-86

ATIVO DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2025	PASSIVO DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2025
ATIVO CIRCULANTE	27.563.217,99	PASSIVO CIRCULANTE	16.765.452,13
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.855.950,20	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	13.433.155,15
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	18.667.459,81	Depósitos à Vista	2.971.115,86
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ		Depósitos a Prazo	10.462.039,29
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	14.247.472,95		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05a)	4.419.986,86	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	3.332.296,98
Operações de Crédito	4.419.986,86	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	9.232,69
(-) PROVISÕES PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS RISCO DE CRÉDITO	(430.827,09)	Sociais e Estatutárias (NOTA 08)	1.044.021,42
(-) Operações de Crédito (NOTA 05b)	(430.827,09)	Fiscais e Previdenciárias	11.963,79
		Diversas (NOTA 09)	2.267.079,08
OUTROS ATIVOS	2.470.635,07		
Negociações e Intermediação de valores	1.791.822,21		
Diversos (NOTA 06)	678.812,86		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.154.885,91	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.146.323,43	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05a)	3.146.323,43	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	-
Operações de Crédito	3.146.323,43	Obrigações por empréstimos e repasses	-
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 07)	8.562,48	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.952.651,77
Outras Imobilizações de Uso	194.864,48	CAPITAL SOCIAL (NOTA 10)	19.222.789,65
(Depreciações Acumuladas)	(186.302,00)	De Domiciliados no País	19.222.789,65
INTANGÍVEL (NOTA 07)	-	(Capital a Realizar)	-
Softwares	5.325,17	RESERVAS DE LUCROS	3.112.643,36
(Amortizações Acumuladas)	(5.325,17)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(8.382.781,24)
TOTAL DO ATIVO	30.718.103,90	TOTAL DO PASSIVO	30.718.103,90

CS

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

AL

Dispensada a apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas referente aos períodos de 2025 conforme art. 79 da Resolução CMN 4.966/2021



Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
 Hash SHA256 do original: da1cbc04d589fb2e7909651e3c37f5deedaea6407a96f89b53fed76b6752c3c3
 Link de validação: <https://valida.ae/0a050f963004f61ff63f0da8e126918fd686d46a2f7b9aac9>



Validador

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
INDEPENDENCIA COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO
 CNPJ/MF nº 04.306.351/0001-86

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	1º Semestre	2º Semestre	31/12/2025
	TOTAL	TOTAL	TOTAL
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.482.157,88	1.859.854,80	3.342.012,68
Operações de Crédito	703.024,88	661.697,11	1.364.721,99
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	779.133,00	1.198.157,69	1.977.290,69
DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(384.595,82)	(834.455,24)	(1.219.051,06)
Operações de Captação no Mercado	(172.036,66)	(489.800,73)	(661.837,39)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(212.559,16)	(344.654,51)	(557.213,67)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.097.562,06	1.025.399,56	2.122.961,62
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	262.941,63	196.007,45	458.949,08
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	420.864,23	448.910,38	869.774,61
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(172.848,69)	(190.195,59)	(363.044,28)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(418.905,42)	(388.540,15)	(807.445,57)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	684.460,59	493.292,81	1.177.753,40
Despesas de Depreciação e amortização	(4.485,20)	(3.451,47)	(7.936,67)
Despesas de Provisões Passivas	(15.799,08)	(3.470,98)	(19.270,06)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(230.344,80)	(160.537,55)	(390.882,35)
RESULTADO OPERACIONAL	1.360.503,69	1.221.407,01	2.581.910,70
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO	1.360.503,69	1.221.407,01	2.581.910,70
SOBRAS OU PERDAS ANTES DESTINAÇÕES LEGAIS	1.360.503,69	1.221.407,01	2.581.910,70
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-	1.161.859,81	1.161.859,81
Fundo de Reserva - 30%		774.573,21	774.573,21
FATES - 15%		387.286,60	387.286,60
SOBRAS/PERDAS DO EXERCÍCIO	1.360.503,69	59.547,21	1.420.050,90

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Dispensada a apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas referente aos períodos de 2025 conforme art. 79 da Resolução CMN 4.966/2021

CS

AL



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

INDEPENDENCIA COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.306.351/0001-86

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2025
	TOTAL
Sobra Líquida do período	1.420.050,90
Outros Resultado abrangentes	-
Resultado Abrangente do período	1.420.050,90

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Dispensada a apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas referente aos períodos de 2025
conforme art. 79 da Resolução CMN 4.966/2021



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
INDEPENDENCIA COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO
CNPJ/MF nº 04.306.351/0001-86**

* valores em Reais

2025

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	20.618.860,21	-	2.338.070,15	-	(9.736.088,46)	13.220.841,90
Mutações Exercício Atual	(1.396.070,56)	-	774.573,21	-	1.353.307,22	731.809,87
1. Integralização de Capital	1.986.436,42					1.986.436,42
2. Baixas de Capital	(3.382.506,98)					(3.382.506,98)
3. Recuperação de Perdas					476.036,60	476.036,60
4. Disposições transitórias Res.4.966/2021			-		(53.235,23)	(53.235,23)
5. Distribuição de Sobras					(489.545,04)	(489.545,04)
5. Sobras ou perdas do exercício					2.581.910,70	2.581.910,70
6. Destinações para reservas			774.573,21		(774.573,21)	-
7. Destinações Fates					(387.286,60)	(387.286,60)
Saldo Exercício Atual	19.222.789,65	-	3.112.643,36	-	(8.382.781,24)	13.952.651,77
Mutações	(1.396.070,56)	-	774.573,21	-	1.353.307,22	731.809,87
Variações %	-7%	0%	33%	0%	-14%	6%

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Dispensada a apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas referente aos períodos de 2025 conforme art. 79 da Resolução CMN 4.966/2021

CS

AL



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
INDEPENDENCIA COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO
 CNPJ/MF nº 04.306.351/0001-86

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/06/2025	31/12/2025
Sobras Perdas líquidas antes do IR e CSLL	1.360.503,69	2.581.910,70
Contas resultado Credora	2.587.482,70	5.389.540,69
Contas resultado Devedoras	(1.226.979,01)	(2.807.629,99)
Ajustes as sobras/perdas líquidas	4.485,20	3.451,47
Despesas de depreciação e amortização	4.485,20	3.451,47
Despesas de Depreciação	4.485,20	3.451,47
Variações Patrimoniais (afetam o resultado/receitas e despesas)	7.398.186,05	(1.547.272,75)
Operações de Crédito	920.168,48	(1.085.270,30)
Operações de Crédito	920.168,48	(1.085.270,30)
Outros Créditos	(369.186,18)	(269.776,46)
Outros Créditos	(369.186,18)	(269.776,46)
Depósitos	7.313.215,80	(434.984,44)
Depósitos	7.313.215,80	(434.984,44)
Outras obrigações	(466.012,05)	242.758,45
Outras obrigações	(466.012,05)	242.758,45
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.763.174,94	1.038.089,42
Aquisições de investimentos	(5.641.931,23)	5.037.384,48
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.641.931,23)	5.037.384,48
Variações patrimoniais		
Aumento/(redução) de capital	(726.635,48)	(669.435,08)
Aumento/(redução) de capital	(726.635,48)	(669.435,08)
Reservas de lucro		774.573,21
Reservas de lucro		774.573,21
Sobras ou perdas acumuladas	342.338,60	(2.931.445,77)
Recuperação de Perdas	342.338,60	(3.272.100,55)
FATES		340.654,78
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(384.296,88)	(2.826.307,64)
MOVIMENTAÇÃO DE CAIXA	2.736.946,83	3.249.166,26
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	2.736.946,83	3.249.166,26
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	869.837,11	3.606.783,94
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3.606.783,94	6.855.950,20

* valores em Reais

CS

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Dispensada a apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas referente aos períodos de 2025 conforme art. 79 da Resolução CMN 4.966/2021

AL



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A INDEPENDENCIA COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO, situada Rua Voluntários da Pátria, 257, 3o andar, Santana, São Paulo/SP, CEP 02011-000, foi constituída em 03 de julho de 2000, recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil em 16 de novembro de 2000 e iniciou as atividades no dia 11 de abril de 2001. A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e tem por objetivo a educação cooperativista, a assistência financeira e prestação de serviços aos seus cooperados.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, especificamente aquelas aplicáveis às sociedades cooperativas, às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

A Administração levou em consideração também, a Resolução BCB no 2, de agosto de 2020 que consolidou critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A adoção da Resolução BCB no 2, de agosto de 2020 resultou em alteração da apresentação, nomenclaturas e grupamentos do balanço patrimonial, tais como ativos financeiros incluindo operações de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões. As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras.

Uso de estimativas e julgamentos sobre valores reportados - Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua.

A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, as revisões serão reconhecidas prospectivamente. Os principais valores que possuem risco de resultar em ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões e contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros.

Moeda funcional e de apresentação - Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da instituição.



NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Resumo das políticas contábeis

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios devam ser incluídos na apuração de sobras ou perdas do período em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de regaste e as receitas e as despesas financeiras são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no modelo exponencial.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN no 4.818/20 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos Financeiros

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.



c.1) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com o modelo de negócios da Cooperativa e as características dos fluxos de caixa contratuais, conforme critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21.

A Cooperativa adota a classificação de custo amortizado para os títulos e valores mobiliários destinados à manutenção até o vencimento, sem intenção de venda antes desse prazo. A mensuração é realizada pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, líquidos de provisão para perdas esperadas quando aplicável.



c.2) Operações de Crédito e Perdas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de crédito são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação. A mensuração subsequente é realizada de acordo com a classificação atribuída aos ativos financeiros, com base no modelo de negócios da Sociedade para a gestão da carteira e nas características contratuais dos fluxos de caixa futuros, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

Atualmente, a Sociedade adota o seguinte critério de classificação:

Operações mensuradas ao custo amortizado: incluem os ativos financeiros para os quais o objetivo do modelo de negócios é manter os instrumentos financeiros para recebimento dos fluxos contratuais, e cujos fluxos de caixa são compostos exclusivamente de principal e juros sobre o valor principal. Nesses casos, os rendimentos são apropriados pelo método da taxa efetiva contratual (TEC).

Nos termos da Resolução BCB nº 352/2023, o reconhecimento de receitas de juros é suspenso para as operações inadimplidas há mais de 90 dias (art. 17 da Resolução BCB nº 352/2023), sendo retomado apenas no momento do efetivo recebimento (art. 18 da Resolução BCB nº 352/2023).

As perdas associadas ao risco de crédito são apuradas com base no método simplificado, conforme disposto no art. 50 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicável às instituições de pequeno porte ou de menor complexidade. Nesse método, a perda esperada é mensurada por meio da aplicação de percentuais padronizados definidos pelo regulador, considerando:

- O número de dias de atraso do crédito;
- A existência ou não de garantias admitidas;
- A caracterização da operação, como reestruturação, renegociação ou baixa anterior a prejuízo.

As operações renegociadas são avaliadas individualmente quanto à sua capacidade de geração de fluxo de caixa, permanecendo sob monitoramento para fins de provisão, sem presunção automática de melhoria do risco.

As perdas registradas pela Sociedade são consideradas adequadas para cobrir as perdas esperadas sobre a carteira de crédito, conforme os critérios do método simplificado.

d) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado está registrado ao custo histórico.

Os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortização do intangível, foram calculados pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 7, item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

e) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/2021, determinou a adoção dos Pronunciamentos Técnicos - CPC 00 (R2), CPC 01 (R1), CPC 23, CPC 46 e CPC 47, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Considerando a natureza da sociedade, tipo de atividade, circunstâncias econômicas, aspectos tecnológicos e outras evidências típicas da atividade, o Conselho de Administração não submeteu suas unidades geradoras de caixa ao teste de recuperabilidade previsto na NBC TG 01. O Conselho de Administração tem conhecimento que os respectivos ativos possuem valor líquido de venda maior em relação ao seu uso. (Valor recuperável).

f) Passivos contingentes

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações tributárias, cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.



g) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

O Caixa e equivalentes de caixa são formados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos com liquidez imediata, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses, utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da cooperativa.

Em consonância com a Resolução CFC 1.296/2010, itens 48 a 52, registramos informações complementares à Demonstração de Fluxo de Caixa: Todo saldo de Caixa e Equivalente de Caixa estava disponível para a entidade na data de **31/12/2025**. Informamos ainda que a Cooperativa não possui linha de crédito pré-aprovada.

CS

AL

NOTA 04 – COMPONENTE DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são formados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos com liquidez imediata, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses, utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da cooperativa.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30/06/2025	31/12/2025
Depósitos Bancários	3.606.683,94	5.844.453,56
Reservas Livres	100,00	1.011.496,64
TOTAL	3.606.783,94	6.855.950,20

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro a composição da carteira de operações de crédito de curto e longo prazo apresentava a seguinte distribuição:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2025		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamento a Depositante	636,16	-	636,16
Empréstimos	4.419.350,70	3.146.323,43	7.565.674,13
TOTAL			7.566.310,29

* valores em Reais

b) Composição da carteira de créditos por carteira

Carteiras	Carteira 1.6	Provisão para operações de Crédito
	31/12/2025	31/12/2025
C2	-	-
C3	3.179.157,54	117.663,81
C4	1.434.779,10	27.260,80
C5	2.952.373,65	285.902,48
Total (i)	7.566.310,29	430.827,09

* valores em Reais



c) Critérios de Provisão - Perdas Esperadas

A instituição tem ciência de que a Resolução nº 4.966/21 estabelece três critérios de provisão. No exercício de 2025, a Independência não efetuou a provisão com base no modelo de perdas esperadas, e não implementou tempestivamente modelos aptos ao respectivo cálculo. Entretanto, a administração informa que pretende formalizar tais modelos no exercício de 2026.

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

DIVERSOS	30/06/2025	31/12/2025
Bloqueios Judiciais	248.515,57	676.764,05
TOTAL	248.515,57	676.764,05

* valores em Reais

NOTA 07 – IMOBILIZADO

O Imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas com base no histórico da empresa do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos. Para o período, estão assim representados:

IMOBILIZADO DE USO	Taxa Anual	30/06/2025	31/12/2025
Instalações	10%	22.329,26	22.329,26
(-) Depreciação Acumulada	-	(20.730,09)	(21.290,73)
Móveis e Equipamentos	10%	172.535,22	172.535,22
(-) Depreciação Acumulada	-	(162.120,44)	(165.011,27)
Software	20%	5.325,17	5.325,17
(-) Depreciação Acumulada	-	(5.325,17)	(5.325,17)
TOTAL		12.013,95	8.562,48

* valores em Reais

NOTA 08 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Depósitos

O grupo de depósitos é constituído pelo saldo mantido pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista), depósitos de poupança e em aplicações financeiras (depósito sob aviso e a prazo), conforme abaixo:

Depósitos	30/06/2025	31/12/2025
À Vista	9.576.359,83	2.971.115,86
À Prazo	4.291.779,76	10.462.039,29
TOTAL	13.868.139,59	13.433.155,15

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Trata-se do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) a ser recolhido conforme determina a legislação.

Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	30/06/2025	31/12/2025
IOF a recolher PF	113,28	2.579,80
IOF a recolher PJ	3,95	6.652,89
TOTAL	117,23	9.232,69

b) Sociais e Estatutárias

As obrigações Sociais e Estatutárias, classificadas no passivo no grupo de obrigações fiscais e diferidas estão assim compostas:

DIVERSAS	30/06/2025	31/12/2025
Fundo de Assistência Técnica Educacional (FATES)	362.175,16	749.461,76
Cotas de Capital a Pagar	329.396,43	294.559,66
TOTAL	691.571,59	1.044.021,42

* valores em Reais



c) Fiscais e Previdenciárias

Referem-se aos impostos e contribuições a recolher devidos pela instituição ou retidos na fonte, que serão recolhidos posteriormente conforme determina a legislação.

FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	30/06/2025	31/12/2025
Impostos e Contribuições sobre Salários	11.818,08	11.963,79
TOTAL	11.818,08	11.963,79

d) Diversas

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

DIVERSAS	30/06/2025	31/12/2025
Despesas com Pessoal	37.174,84	51.600,41
Provisão para contingências	100.000,00	100.000,00
Credores Diversos	2.248.856,79	2.115.478,67
TOTAL	2.386.031,63	2.267.079,08

* valores em Reais

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes. O ingresso ou a permanência no quadro social é livre àqueles que desejarem utilizar os produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa, desde que adiram aos propósitos sociais, concordem, preencham e satisfaçam as condições estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Cooperativa.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Capital Social	19.222.789,65
Número de Associados	2.798

* valores em Reais

NOTA 11 – DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A cooperativa deve divulgar a natureza do relacionamento, montante das transações, prazos e condições, garantias dadas ou recebidas e provisão para crédito de liquidação duvidosa. Destacamos entre as nossas partes relacionadas os membros estatutários.

a) Membros Estatutários



a) Membros Estatutários

A Cooperativa realiza, eventualmente, operações com partes relacionadas, entendidas como aquelas mantidas com membros dos órgãos estatutários da administração e da diretoria executiva, em conformidade com a regulamentação vigente.

Em 31 de dezembro de 2025:

Conselho de Administração: não foram identificadas operações de crédito ativas ou em aberto contratadas por conselheiros.

Diretoria Executiva: não foram identificadas operações de crédito ativas ou em aberto contratadas por diretores.

Dessa forma, na data-base, não há saldo de operações de crédito com partes relacionadas.

Ressalta-se que eventuais operações realizadas com partes relacionadas observam condições compatíveis com as praticadas junto aos demais associados, não havendo concessão de vantagens, condições preferenciais ou tratamento diferenciado.

A Cooperativa mantém políticas e controles internos destinados ao acompanhamento das operações com partes relacionadas, em atendimento às disposições do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e às normas contábeis aplicáveis, assegurando

Observação: Em 31/12/2025 não havia saldo de empréstimos ativos com diretores ou conselheiros



NOTA 12 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Analisando o ativo da Cooperativa, tendo como meta a revisão dos valores relevantes em consonância com a Resolução CFC nº 1.374/11 NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que estabelece entre as características qualitativas fundamentais das informações contábeis-financeiras a relevância, a administração declara que não identificou evidências de perdas não recuperáveis na última avaliação realizada, no exercício de 2025.

NOTA 13 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL E ACORDO DE BASILÉIA

A Cooperativa Independência é optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), conforme previsto na Resolução BCB nº 352, de 22 de dezembro de 2023, sendo enquadrada no Segmento S5 por se tratar de instituição não bancária, nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, a instituição opta pela metodologia facultativa simplificada para apuração do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), nos termos aplicáveis às instituições enquadradas no Segmento S5.

Conforme disposto no art. 12, inciso II, da referida norma, o PRS5 deve ser mantido, permanentemente, em valor equivalente ou superior a 17% dos Ativos Ponderados pelo Risco na forma simplificada (RWA5S), calculado de acordo com a metodologia definida na própria Resolução BCB nº 4.606/2017.

Adicionalmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.656/2018, a Cooperativa Independência deve observar e manter limite mínimo de R\$ 1 milhão em relação ao Capital Social Integralizado e Patrimônio Líquido, requisito aplicável às sociedades de crédito direto e sociedades de empréstimo entre pessoas.

Estrutura de Gerenciamento de Capital: A Cooperativa Independência adota a estrutura de gerenciamento de capital simplificada, nos termos da Resolução BCB nº 352/2023, que prevê a identificação, mensuração e o monitoramento contínuo do capital necessário à cobertura dos riscos relevantes a que a instituição está exposta, considerando as projeções e estratégias de negócios.

A instituição desenvolveu políticas e procedimentos específicos que incluem, entre outros, a apuração periódica do capital requerido com base no RWA5S, a elaboração de projeções de capital e o monitoramento de indicadores internos, assegurando o cumprimento das exigências prudenciais e societárias.

CS

AL

LIMITES OPERACIONAIS	31/12/2025
RWA5S	24.767.035,12
Patrimônio de Referência (PR)	13.952.651,77
Patrimônio de Referência Exigido	4.210.395,97
Limite para Imobilização	6.976.325,89
Imobilizado	8.562,48
Margem ou Insuficiência para Imobilização	6.967.763,41
Limite Máximo para Exposição de Clientes	2.092.897,77
1ª Maior Exposição com Contraparte	746.071,93
Margem ou Insuficiência para Exposição	1.346.825,84
Limite do PR (sobra ou insuficiência)	9.742.255,80
Índice de Basileia (mínimo 17%)	56,33%



NOTA 14 - PERDAS ACUMULADAS E RATEIO PARA RECOMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

Em atendimento às orientações expedidas pelo Banco Central do Brasil, a Cooperativa deliberou junto ao quadro social o rateio das perdas acumuladas apuradas em exercícios anteriores, observadas as disposições estatutárias, regulamentares e deliberações societárias aplicáveis.

Em decorrência dessa deliberação, os valores devidos pelos cooperados vêm sendo recebidos de forma parcelada, conforme cronograma aprovado pela Administração, sendo os ingressos financeiros reconhecidos contabilmente diretamente como redução do saldo de perdas acumuladas no patrimônio líquido, à medida do efetivo recebimento.

A Administração avaliou a necessidade de reclassificação prévia desses valores para outras contas patrimoniais ou do ativo, concluindo, neste momento, que o procedimento atualmente adotado representa de forma mais adequada a essência econômica da operação, bem como a efetiva recomposição patrimonial ocorrida no período.

Dessa forma, o tratamento contábil adotado busca assegurar a adequada evidenciação das demonstrações financeiras, permanecendo a matéria em acompanhamento pela Administração e assessoria contábil, podendo ser revista caso sobrevenham novos entendimentos técnicos ou regulatórios.

NOTA 15 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



CLEUDE RODRIGUES SILVA
Presidente Executiva
Diretora resp. área contábil
CPF 942.572.053-34



ANA CAROLINE LANGARO
Contadora
CRC PR 067695/O-6
CPF 075.508.699-60

